

A Desigualdade de Renda no Brasil Encontra-se Subestimada?

Uma análise comparativa usando Pnad, POF e Contas Nacionais*

Ricardo Paes de Barros**

Samir Cury**

Gabriel Ulyssea**

*Os autores são extremamente gratos a Samuel Franco e Amélio Melgaço, que contribuíram enormemente para as análises com base nos dados da Pnad e da POF e com a realização das simulações. Os autores agradecem ainda à Diretoria de Pesquisa do IBGE e, em particular, aos integrantes da Coordenação de Contas Nacionais pelos inúmeros esclarecimentos e informações. Os erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

**Ricardo Paes de Barros é coordenador de Avaliação de Políticas Públicas do Ipea, Gabriel Ulyssea é pesquisador do Ipea e Samir Cury é professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

¹ Por exemplo, dos 25 capítulos em Henriques (2000), cerca de $\frac{3}{4}$ utilizam a Pnad como base para a análise da distribuição de renda brasileira.

² As três grandes compilações de informações sobre distribuição de renda no mundo (Deininger; Squire, 1996; Banco Mundial, 2005; Pnud, 2005) reconhecem a Pnad como a principal fonte para o Brasil e classificam essa informação como de excelente qualidade, mesmo quando comparada com a dos países desenvolvidos.

³ Obviamente, tais subestimações têm impactos diretos sobre a aferição do grau de pobreza do país. Entretanto, não iremos abordar essa questão nesse capítulo, pois nosso objetivo é analisar o seu impacto sobre a mensuração do grau de desigualdade de renda.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas domiciliares com representatividade nacional são mundialmente utilizadas como a principal fonte de informações para estudos sobre a desigualdade de renda. O Brasil não constitui uma exceção e a maior parte dos estudos existentes na literatura nacional apóia-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), coletada anualmente pelo IBGE.¹

Apesar da qualidade e da abrangência da Pnad,² essa pesquisa apresenta algumas limitações na mensuração da renda – comuns às pesquisas domiciliares de maneira geral – que dificultam a análise da desigualdade de renda. Tais restrições decorrem essencialmente da dificuldade, por parte dessas pesquisas, de captar adequadamente algumas fontes de renda, tais como a renda não-monetária dos pequenos agricultores, o rendimento de ativos e as rendas mais voláteis ou eventuais, que compreendem, por exemplo, ganhos com loterias, seguro-desemprego, décimo terceiro salário e indenizações.

A dificuldade de captar adequadamente todas as fontes de renda leva a uma inequívoca subestimação da renda das famílias e, portanto, tem impacto direto sobre a renda média.³ Contudo, para que essa subestimação também tenha impacto sobre a aferição da desigualdade de renda, é preciso que as omissões existentes estejam distribuídas

de forma desproporcional ao longo distribuição. Ao contrário, se a subestimação ocorre de forma proporcional à renda de fato captada, então ela não deve ter qualquer impacto sobre a mensuração da desigualdade. Portanto, a dificuldade não deriva das omissões em si, mas de uma eventual desproporção da subestimação da renda dos mais ricos ou dos mais pobres.

Tradicionalmente, argumenta-se que essas omissões estão especialmente concentradas entre os mais ricos em virtude da subdeclaração dos rendimentos de ativos e, talvez, por uma maior recusa dos mais ricos em responder a essas pesquisas.⁴ Porém, há também omissões que incidem de forma mais significativa sobre os grupos de indivíduos localizados nos décimos inferiores da distribuição, em particular aquelas decorrentes da subestimação dos rendimentos não-monetários e de transferências eventuais, como o seguro-desemprego e a ajuda de familiares. Portanto, a determinação do impacto líquido da subestimação dessas diferentes fontes de renda sobre a desigualdade é uma questão empírica, não sendo possível determinar *a priori* a sua direção.

Apesar da importância desse tema, há poucas evidências e trabalhos que abordem a subestimação da renda em pesquisas domiciliares e seu impacto sobre a mensuração da desigualdade na literatura brasileira.⁵ O objetivo deste capítulo é cobrir parte dessa lacuna, investigando a magnitude da subestimação da renda das famílias na Pnad e seu potencial impacto sobre a aferição do nível e a evolução temporal da desigualdade de renda no País. Em particular, procuramos avaliar se eventuais subestimações da renda total das famílias poderiam ter um impacto significativo sobre a magnitude da recente queda na desigualdade estimada a partir da Pnad (Ipea, 2006).

A análise é feita em três etapas. Iniciamos avaliando em que extensão a Pnad subestima a renda total das famílias. Em seguida, buscamos avaliar as consequências desta subestimação para o grau de desigualdade na distribuição da renda. Por fim, procura-se investigar em que nível uma eventual subestimação do nível de desigualdade afeta a estimação de variações temporais no grau de desigualdade.

Para tanto, é feita uma análise comparativa das informações da Pnad com as de duas bases com perfis bastante distintos: a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e o Sistema de Contas Nacionais (SCN). A primeira é uma pesquisa domiciliar como a Pnad que, no entanto, investiga em maior profundidade a renda familiar, enquanto a Pnad é uma pesquisa de propósitos múltiplos (contempla mercado

⁴ Vale ressaltar que os mais pobres também podem estar sendo excluídos. Nesse caso, não por recusa, mas por viverem em áreas remotas e de difícil acesso, ou por terem local de residência incerto, como ocorre com a população de rua.

⁵ Entre 1998 e 1999, a então Diretoria de Políticas Sociais do Ipea empreendeu uma série de iniciativas que visavam ao aprimoramento do cálculo da pobreza, incluindo os primeiros trabalhos de conciliação entre a Pnad e as Contas Nacionais. Dentre essas iniciativas, podemos citar o trabalho conjunto de Carlos Ferez e Samir Cury, que resultou na elaboração de fatores de correção para Pnad para o período 1995-1996. Também sobre este trabalho, ver Cury (1999). Adicionalmente, ver Barros, Mendonça e Neri (1995), Cury et al. (1999) e Banco Mundial (2006).

de trabalho, estrutura familiar, migração, fecundidade, escolaridade e frequência à escola, entre outros temas). A POF é uma pesquisa específica sobre consumo, gasto e renda familiar. Por serem mais abrangentes, as informações da POF deveriam levar a uma melhor estimativa tanto da renda total das famílias quanto de sua distribuição.

Já o SCN apresenta uma natureza completamente distinta da Pnad e da POF, pois consiste em uma consolidação dos agregados do produto, da renda e da despesa em um dado ano.⁶ O SCN é composto basicamente pelas Tabelas de Recursos e Usos (TRU) e pelas Contas Econômicas Integradas (CEI),⁷ que permitem analisar a geração, a apropriação e o uso da renda de forma integrada com a acumulação de ativos e a formação da poupança doméstica. Assim, o seu objetivo é estimar agregados – tais como a renda disponível bruta das famílias –, e não sua distribuição. Portanto, as contas nacionais permitem comparar o nível e a composição da renda das famílias, mas não a forma como a renda está distribuída entre elas. Como o SCN leva em consideração todas as fontes de informação disponíveis, ele deveria, em princípio, apresentar as estimativas mais completas para a renda total das famílias. Trata-se, portanto, de um referencial fundamental para a investigação do grau de subestimação da renda familiar por parte de pesquisas domiciliares, como a Pnad e a POF.⁸

O restante do capítulo está organizado da forma que se segue. Na próxima seção, apresentamos uma comparação da magnitude e da composição da renda das famílias segundo a Pnad e a POF, e analisamos a forma como essas diferenças têm impacto sobre o grau de desigualdade medido a partir dessas pesquisas. A seção 3 analisa as diferenças entre o nível e a composição da renda das famílias segundo as pesquisas domiciliares e o SCN, e seu potencial impacto sobre a mensuração da desigualdade. Na seção 4, discutimos as diferenças existentes entre a renda das famílias construída com base no SCN, renda nacional e o PIB, bem como seus potenciais impactos sobre a aferição da desigualdade. A seção 5 apresenta uma análise da evolução desses componentes segundo a Pnad e o SCN no período 2001-2003 e discute os potenciais impactos sobre a evolução da desigualdade de renda no período. Por fim, apresenta-se um sumário dos principais resultados e contribuições deste capítulo.

⁶ Cabe destacar que o SCN utiliza diversas pesquisas disponíveis, inclusive as próprias Pnad e POF.

⁷ As Tabelas de Recursos e Usos (TRU) apresentam as identidades do SCN, desagregadas em 42 setores de atividades e 80 produtos. Já as Contas Econômicas Integradas (CEI) são desagregadas apenas em setores institucionais e apresentam uma visão completa do sistema.

⁸ Uma extensão importante para pesquisas futuras seria obter estimativas da renda total das famílias e do grau de desigualdade baseadas em dados da Receita Federal. Como estes contêm informações mais detalhadas e precisas acerca do patrimônio e da renda das famílias mais ricas, essa base de dados também constitui uma fonte de informações crucial para a análise da desigualdade de renda no Brasil.

2 COMPARANDO PNAD E POF

2.1 Os dados

A análise desta seção baseia-se nos dados da Pnad e da POF que, entre outras dimensões, diferem no que concerne ao seu período de referência. Para tornar suas informações comparáveis entre si e às do SCN, todos os valores monetários são expressos em reais de 1º de julho de 2003. Como as informações da POF estavam originalmente expressas em reais de 1º de janeiro de 2003, corrigimos seus valores pela inflação (INPC) estimada nesse período, de 6,55%. No caso da Pnad, cujos valores supomos serem referentes a 1º de outubro, deflacionamos os valores para 1º de julho, usando como estimativa da inflação no trimestre a taxa de 1,2%.

Há ainda uma segunda diferença entre POF e Pnad que concede à primeira uma maior capacidade de captar a renda das famílias, qual seja, o fato de a Pnad 2003 não incluir a área rural da Região Norte. Isso implica uma pequena perda de informações que contribui para a subestimação da renda total por parte desta pesquisa. Não obstante, essa perda não representa uma parcela relevante da renda total das famílias. De fato, ao estimar pela POF a proporção da renda proveniente das áreas rurais da Região Norte, encontramos menos de 1% da renda nacional proveniente dali.⁹ As perdas referentes à exclusão do Norte rural, associadas às perdas decorrentes do próprio algoritmo de construção da variável de renda familiar *per capita* na Pnad,¹⁰ fazem com que seja observada também uma pequena diferença de 2,5% na população utilizada para obter o agregado de renda na POF e na Pnad (tabela A.1, no Apêndice). Em conjunto, essas duas diferenças não totalizam 1% da renda total estimada pela POF e, portanto, deste ponto em diante elas serão ignoradas na análise.

Por fim, é importante ressaltar que a noção de renda utilizada aqui é distinta do conceito de rendimento total utilizado pela POF (IBGE, 2003a). De forma mais específica, não incluímos na construção da renda os recebimentos que decorrem apenas de mudanças na forma de retenção dos ativos. Assim, excluimos as vendas esporádicas, o recebimento de empréstimos (inclusive crédito-educativo) e as retiradas do PIS/Pasep e FGTS.¹¹ Se essas fontes fossem incluídas, a diferença entre as estimativas da POF e da Pnad seria seis pontos percentuais maior.

⁹ A pequena importância da exclusão da área rural da Região Norte pode também ser constatada usando informações da Pnad 2005, quando essa área já fora incluída na pesquisa. Segundo a Pnad 2005, a participação das áreas rurais da Região Norte na renda total das famílias é também inferior a 1%.

¹⁰ Este algoritmo acarreta perdas decorrentes de informações não declaradas e do fato de incluirmos apenas pessoas residentes em domicílios particulares (excluindo, portanto, domicílios coletivos).

¹¹ Por outro lado, no que tange às transferências privadas na POF, utilizamos a noção de transferências brutas e, portanto, não deduzimos das transferências recebidas pelas famílias aquelas realizadas.

2.2 A renda total das famílias

Como mencionado anteriormente, a POF tem maior capacidade de captar a renda das famílias. Portanto, não é surpreendente que a sua estimativa da renda total seja substancialmente maior (26%) do que aquela obtida com base nos dados da Pnad. A partir da análise da tabela 1, é possível identificar quatro fatores que contribuíram de forma decisiva para esse hiato na renda estimada a partir das duas bases.

TABELA 1

Comparação entre as rendas da POF e da Pnad

Componente	Nível ¹		Composição (%)		Diferença (%)	Contribuição para a diferença (%)
	Pnad-03	POF-03	Pnad-03	POF-03	POF/Pnad	POF/Pnad
Renda total	830	1049	100	100	26,4	100
Renda de ativos	115	159	13,8	15,1	38,2	20,0
Aluguel imputado	97,4	111	11,7	10,6	14,5	6,43
Aluguéis, juros e dividendos	17,4	47,2	2,10	4,50	171	13,6
Renda do trabalho	562	699	67,7	66,7	24,4	62,8
Empregado	361	460	43,4	43,8	27,6	45,4
Salários	361	407	43,4	38,8	12,9	21,3
Benefícios	52,8	5,03	24,1
Empregador e conta própria	201	217	24,3	20,7	7,78	7,16
Não-Monetária	22,3	2,12	10,2
Transferências	154	191	18,5	18,2	24,5	17,2
Monetária	154	167	18,5	15,9	8,60	6,03
Aposentadorias e pensões públicas	135	125	16,3	11,9	-7,73	-4,79
Outras transferências monetárias	18,1	41,8	2,18	3,98	131	10,8
Não-Monetária	24,4	2,33	11,2

Fontes : Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2003 e na POF de 2002/2003.

Nota:¹ Em R\$ bilhões e 1º de julho de 2003.

O primeiro e mais importante desses fatores é a *renda do trabalho*, que é responsável por quase $\frac{2}{3}$ do hiato de renda entre as duas pesquisas. Entre os componentes da renda do trabalho, o de maior importância é a renda dos empregados (assalariados) que, segundo a POF, é 28%

maior que a estimada com base na Pnad. Esse diferencial explica 45% do hiato na renda total das famílias entre as duas pesquisas. Metade dessa diferença é explicada pelo fato de a POF incluir, no cômputo do rendimento do trabalho, benefícios não-monetários (*e.g.*, auxílio-refeição, auxílio-transporte) e rendimentos eventuais, como décimo terceiro, adicional de férias, horas extras e participação eventual nos lucros, indenizações trabalhistas, entre outros (IBGE, 2003a). Ao contrário, a Pnad trata exclusivamente dos rendimentos monetários normalmente recebidos. Apenas o tratamento diferenciado dado ao décimo terceiro salário e ao abono de férias justificaria uma diferença de quase 10% entre a renda dos assalariados na POF e na Pnad.

De fato, uma comparação restrita aos salários indica que a estimativa da POF é apenas 13% mais elevada. Da mesma forma, as estimativas da renda dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores (aos quais essas fontes de renda não se aplicam) são apenas ligeiramente maiores (8%) na POF do que na Pnad. Essa diferença explica apenas 7% do hiato na renda total das famílias entre as duas pesquisas. Por fim, tem-se que a inclusão na POF da renda não-monetária do trabalho decorrente de retiradas do negócio ou da produção para o auto-consumo ou para troca explica 10% do hiato entre as duas pesquisas.

O segundo fator mais importante para explicar o hiato na renda total das famílias é a *renda de ativos* (total), que responde por cerca de 20% da diferença entre as duas fontes de dados. Essa fonte de renda abrange os rendimentos de aluguéis, juros, dividendos e outras formas usuais de rendimentos de ativos, mas também o aluguel imputado àqueles que vivem em casa própria. Este último, por apresentar uma natureza distinta dos demais, é analisado em separado.

Conforme esperado, a renda de ativos (aluguéis, juros, dividendos, etc.), exclusive o aluguel imputado, é mais bem captada na POF, que apresenta uma estimativa quase três vezes maior do que aquela obtida a partir da Pnad. Apesar da existência dessa enorme diferença entre as duas bases, essa fonte de renda explica apenas 14% do hiato na renda familiar total. Essa discrepância entre o diferencial existente e sua contribuição para o hiato total pode ser explicada pelo fato de a renda de ativos ter, mesmo na POF, uma participação baixa da renda total das famílias, correspondendo a apenas 4,5%.

Quanto ao aluguel imputado às famílias que vivem em casa própria, embora a Pnad não investigue diretamente essa fonte de renda, ela oferece informações suficientes que permitem estimá-la.¹²

¹² Esta imputação é feita com base na informação, presente na Pnad, dos aluguéis efetivamente pagos por aqueles que residem em imóvel alugado. Como, em 2003, o total dos aluguéis pagos correspondia a 17% da renda domiciliar total daqueles que viviam em imóvel alugado, imputamos, para aqueles que vivem em casa própria, um aluguel igual a 17% de sua renda domiciliar.

Como mostra a tabela 1, essas estimativas ficam um pouco aquém do correspondente valor na POF: o valor obtido a partir da POF é 14% maior do que aquele obtido a partir da Pnad, o que explica apenas 6% do hiato na renda familiar total entre as duas pesquisas.

A *renda de transferências* constitui o terceiro fator em ordem de importância. A diferença nessa fonte de renda é de quase R\$ 40 bilhões (o que corresponde a uma diferença percentual de 25%) e explica 17% do hiato total. Aproximadamente $\frac{2}{3}$ dessa diferença decorrem das transferências não-monetárias recebidas pelas famílias e que não são captadas pela Pnad. O total das transferências monetárias é apenas 9% maior na POF e explica apenas 6% do hiato na renda total das famílias entre as duas fontes. Subjacente a essa diferença reduzida, há, no entanto, dois componentes que apresentam comportamentos bastante distintos.

Por um lado, há o que chamamos de “outras transferências monetárias”, que consistem no total das transferências monetárias, retiradas as aposentadorias e pensões públicas. Esse item apresenta um valor na POF que é mais de duas vezes superior ao da Pnad e explica grande parte da diferença na renda de transferências dessas duas fontes. Esse diferencial resulta do fato de a POF incluir transferências esporádicas, como indenizações trabalhistas e seguro-desemprego, que não são incluídas na Pnad. Por outro lado, a estimativa para o total das aposentadorias e pensões públicas é, surpreendentemente, R\$ 10 bilhões maior na Pnad. Esse resultado sugere que ao menos parte de outros benefícios previdenciários e assistenciais (como o BPC) é captada de forma incorreta na Pnad sob a rubrica de pensões e aposentadorias públicas.

2.3 Desigualdade na distribuição da renda

Cada uma das fontes de renda discutidas na subseção anterior não se encontra distribuída de forma proporcional entre as famílias brasileiras. De fato, a tabela 2 mostra que a renda não-monetária do trabalho representa quase 4,7% da renda apropriada pelos 10% mais pobres, e cerca de 2,4% da apropriada pelos décimos mais ricos. Já a renda de transferências corresponde a 25% da renda dos 10% mais pobres e menos de 20% entre os 10% mais ricos. Ao contrário, apenas 2% da renda dos 10% mais pobres é composta por rendimentos de ativos, enquanto 7% da renda dos 10% mais ricos decorre dessa fonte. Portanto, enquanto a renda de ativos beneficia prioritariamente os mais ricos, a não-monetária e as transferências beneficiam prioritariamente os mais pobres.

TABELA 2
Distribuição da renda de cada décimo por fonte de renda

		(%)									
	Renda total	Renda total por décimos									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Renda total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Aluguel imputado	10,6	20,8	17,8	16,0	15,1	15,5	13,9	13,6	12,9	10,8	7,5
Renda de ativos (aluguéis, juros e dividendos)	4,5	2,0	1,5	1,4	1,4	1,2	1,6	1,9	2,7	3,6	6,9
Renda do trabalho	66,6	52,3	57,4	60,0	63,3	63,9	65,5	68,5	67,2	69,8	66,7
Empregado	44,0	29,2	36,3	40,7	44,9	44,7	47,8	48,4	47,1	47,6	41,5
Empregador e conta própria	20,5	18,4	17,8	16,9	16,2	17,3	15,9	18,4	18,4	20,9	22,8
Não-Monetária	2,1	4,7	3,3	2,4	2,1	1,9	1,8	1,6	1,7	1,3	2,4
Transferências	18,3	24,9	23,3	22,5	20,3	19,4	18,9	16,0	17,1	15,9	18,9

Fonte: Estimativas obtidas a partir da POF de 2002/2003.
Obs.: As estimativas não incorporam as informações da área rural da Região Norte, com exceção do estado de Tocantins.

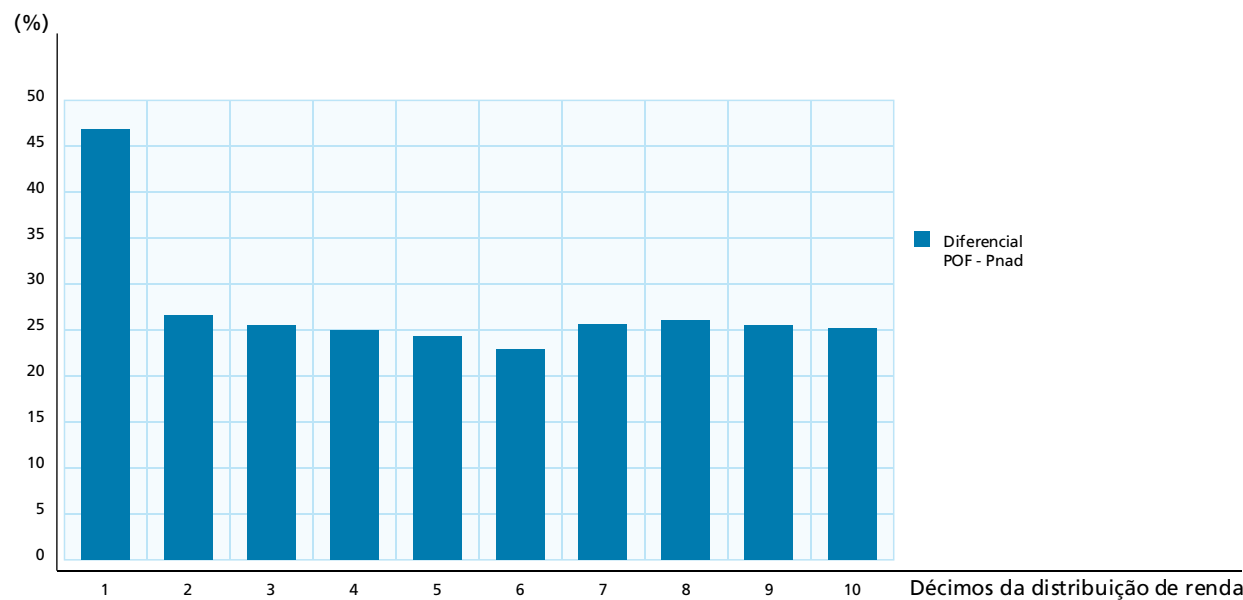
Esses resultados indicam que as rendas tanto de pobres quanto de ricos tendem a estar subestimadas na Pnad. Essa expectativa é corroborada pela gráfico 1, que apresenta o grau de subestimação da renda da Pnad em relação à POF segundo os décimos da distribuição. Esse gráfico indica que o grau de subestimação é menor nos décimos intermediários e maior entre os mais pobres e os mais ricos. Não obstante, o grau de subestimação entre os 10% mais pobres é muito maior do que em outros pontos da distribuição, o que novamente remete à importância da omissão da renda não-monetária na Pnad. Sendo assim, não é possível determinar *a priori* a direção do impacto líquido sobre a desigualdade.¹³

Com o objetivo de avaliar o impacto combinado de todas essas diferenças, comparamos estimativas do grau de desigualdade de renda com base nas duas pesquisas. O resultado é, de certa forma, surpreendente: se considerarmos os dados da POF com as áreas rurais da Região Norte, o coeficiente de Gini em ambas as bases é virtualmente

¹³ Para tornar os dados das duas pesquisas comparáveis, o gráfico exclui da POF as áreas rurais da Região Norte. A mesma comparação foi feita utilizando a POF, sem excluir a área rural da Região Norte, e os resultados em nada se alteraram.

idêntico – igual a 0,583 (os valores diferem apenas na quarta casa decimal). No entanto, se excluirmos os dados da POF relativos a essas áreas, o coeficiente de Gini da POF cai para 0,582, sendo ligeiramente inferior ao observado na Pnad.

GRÁFICO 1
Distribuição do grau de subestimação de renda da Pnad por
décimos de renda



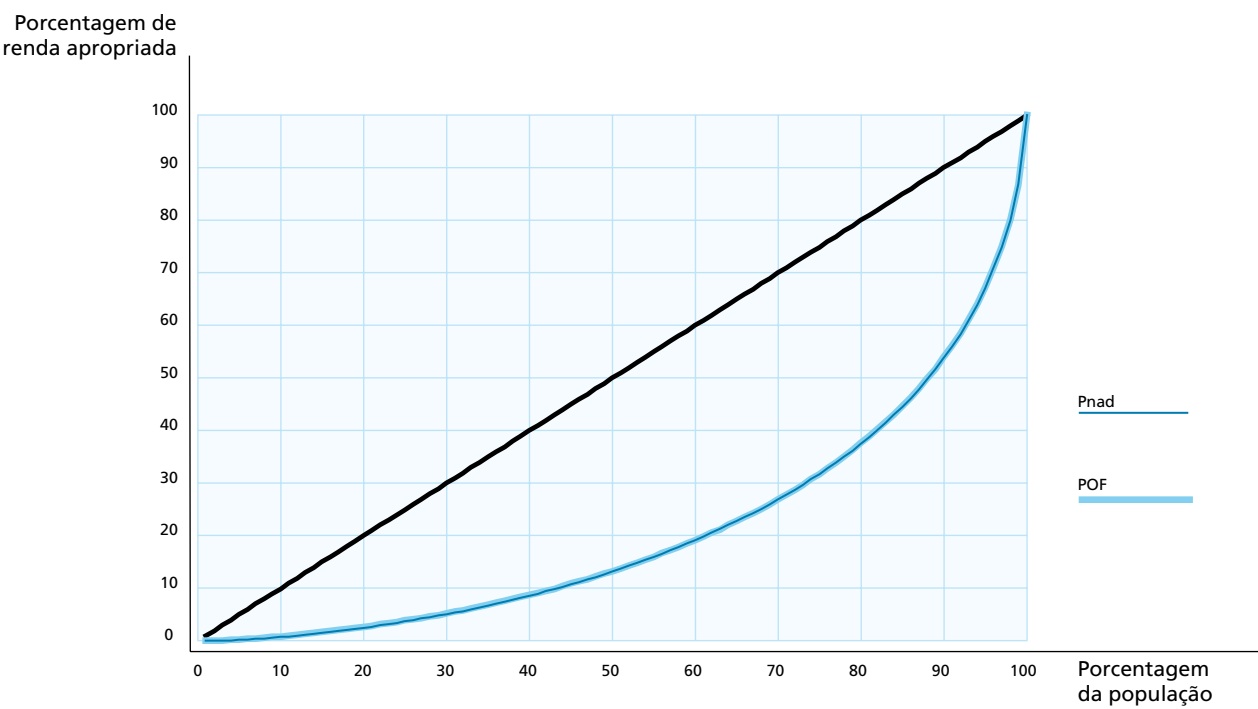
Fontes: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.

Não só os coeficientes de Gini são idênticos, como também as curvas de Lorenz se sobrepõem quase que perfeitamente (gráfico 2),¹⁴ o que faz com que diferentes medidas de desigualdade produzam valores similares segundo as duas pesquisas (tabela 3).¹⁵ Na verdade, considerando as medidas que dão grande peso à renda dos mais pobres – tal como a razão +20/-20 –, a tabela 3 mostra que a Pnad sobrestima a desigualdade de renda em quase 6%. Isso nos remete novamente ao resultado apresentado no gráfico 1, que mostra que a Pnad subestima de forma especialmente acentuada a renda do primeiro décimo da distribuição.

¹⁴ O Apêndice deste capítulo contém os gráficos das curvas de Lorenz para cada fonte de renda e para ambas as bases.

¹⁵ Nessas, bem como nas demais comparações entre POF e Pnad que se seguem nesta subseção, retiramos as informações do Norte rural para manter uma maior comparabilidade com os dados da Pnad. Não obstante, todos os exercícios também foram feitos considerando as áreas rurais da Região Norte e os resultados em nada se alteraram.

GRÁFICO 2
Curvas de Lorenz – Pnad e POF



Fontes: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.

TABELA 3
Medidas do grau de desigualdade na POF e na Pnad

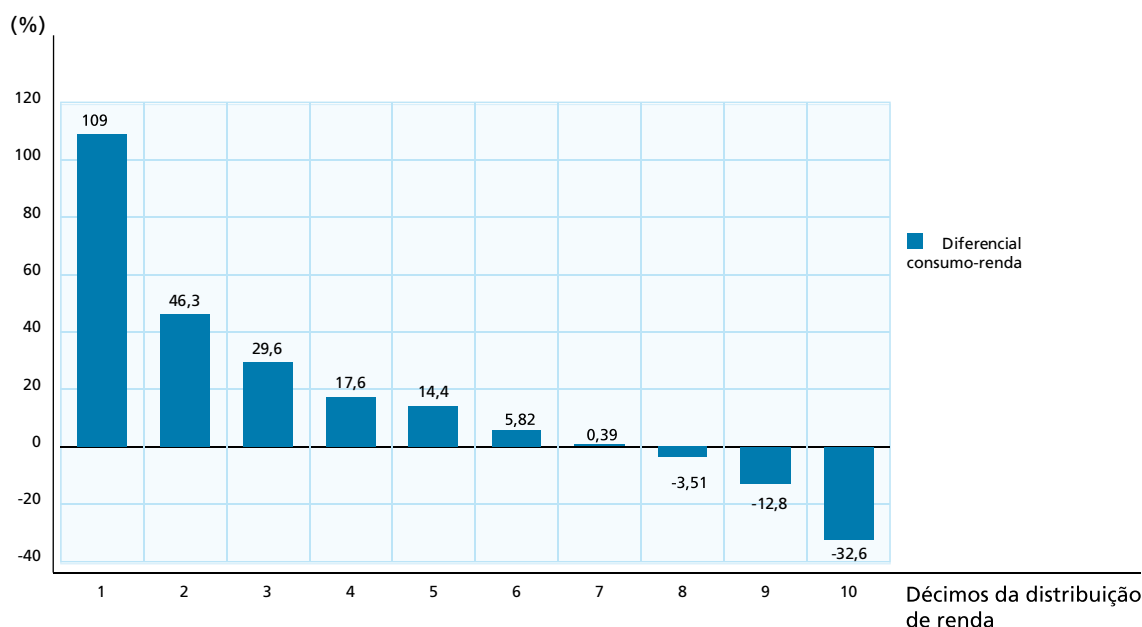
	Pnad-2003	POF-2003	Diferença Pnad/ POF (%)
Coefficiente de Gini	0,583	0,582	0,29
Índice de Theil	0,686	0,685	0,06
Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres	21,5	21,1	1,83
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	24,7	23,3	5,62

Fontes: Estimativas obtidas a partir da Pnad de 2003 e da POF 2002/2003.
Obs.: As estimativas não incorporam as informações da área rural da Região Norte, com exceção do estado de Tocantins, cuja cobertura da pesquisa já incluía a área rural.

Trata-se, portanto, de um resultado contundente. Embora a renda familiar estimada pela POF seja 26% maior do que a estimada pela Pnad, ambas as bases apresentam um grau de desigualdade de renda virtualmente idêntico. Mais ainda, se considerarmos medidas de desigualdade mais sensíveis à renda daqueles localizados na cauda inferior da distribuição, chega-se à conclusão de que a Pnad sobrestima o grau de desigualdade de renda.

GRÁFICO 3

Razão entre consumo total e renda total por décimos da distribuição



Fontes: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.

¹⁶ Nestas comparações, dividimos a população em décimos, segundo a renda domiciliar *per capita*, e estimamos a renda média e o consumo médio para cada um desses décimos. Um procedimento alternativo seria contrastar a renda média dos décimos da distribuição de renda com o consumo médio dos décimos da distribuição de consumo. Para computar o consumo, utilizamos a definição da POF para “despesas com consumo”, que correspondem às despesas realizadas pelas famílias com aquisições de bens e serviços, as quais podem ser divididas nos seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas (IBGE, 2003a).

Além disso, a comparação entre renda e consumo na POF indica que, embora essa base investigue em detalhes vários componentes da renda não-monetária e das transferências entre famílias, a desigualdade medida pela POF pode estar significativamente sobrestimada. De fato, o gráfico 3 revela que o consumo dos décimos mais pobres é muito superior à renda desses segmentos, sendo essa diferença especialmente acentuada no décimo mais pobre, em que o consumo é o dobro da renda.¹⁶

Em princípio, seria possível argumentar que parte dessa diferença deve-se à liquidação de ativos e ao endividamento dos grupos mais pobres. Entretanto, as diferenças entre consumo e renda são muito

elevadas e dificilmente podem ser completamente explicadas pela disponibilidade de ativos e pelas possibilidades de endividamento desses grupos, uma vez que ambas são muito limitadas. Dessa forma, há evidências de que, mesmo na POF, a renda dos mais pobres encontra-se subestimada, o que pode estar levando a uma sobrestimação do grau de desigualdade.¹⁷

2.4 Variações na desigualdade de renda

Supondo que medidas de desigualdade obtidas pela POF podem ser consideradas fidedignas, do que vimos antes segue que a desigualdade medida com base na Pnad 2003 também seria adequada. Caso essa similaridade entre POF e Pnad fosse válida para todos os instantes no tempo, a subestimação da renda das famílias pela Pnad não levaria a qualquer significativa subestimação ou sobrestimação de variações no grau de desigualdade. Infelizmente, como a POF 2003 foi a única realizada em escala nacional nas últimas duas décadas, essa verificação não pode ser feita para outros anos.¹⁸ Eventualmente, seria possível alguma indicação a esse respeito a partir de uma comparação que utilizasse os dados da POF e da Pnad de 1996, mas a análise estaria restrita às principais regiões metropolitanas do País, uma vez que a POF 1996 limitou-se a investigar essas regiões.

3 PNAD E POF *VIS-À-VIS* O SCN

Embora a POF forneça um perfil mais detalhado e abrangente da renda das famílias do que a Pnad, ela também tem suas limitações e, portanto, está igualmente sujeita a algum grau de subestimação da renda. Por isso, é importante compará-la com o Sistema de Contas Nacionais (SCN), que, em princípio, constitui a fonte de informação mais completa sobre a renda das famílias. Esse é o objetivo desta seção. Nela contrastamos as estimativas de renda total das famílias baseadas na Pnad e na POF com as obtidas pelo SCN, avaliamos o grau de subestimação das pesquisas domiciliares e identificamos que componentes da renda são os principais responsáveis pelas diferenças.

3.1 Minimizando as diferenças conceituais

Com vista a aprimorar a comparabilidade entre as fontes, optamos por não comparar diretamente a renda total das famílias segundo a Pnad com os conceitos clássicos do SCN, como o da renda

¹⁷ Cabe enfatizar que esta não é uma limitação peculiar à POF, uma vez que todas as pesquisas que investigam consumo e renda familiar concluíram que a desigualdade de consumo tende a ser bem inferior à desigualdade de renda. No caso da POF, o coeficiente de Gini do consumo é 0,526 enquanto o da renda é, conforme apontado anteriormente, 0,583.

¹⁸ A única alternativa seria utilizar o Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef) 1974-1975, uma pesquisa similar à POF. Contudo, nesses anos, a Pnad não foi coletada, o que também impede a realização dessa comparação.

disponível bruta. O que buscamos fazer é construir, com base no SCN, o agregado que, em princípio, seria aquele conceitualmente mais diretamente comparável com o obtido com base na Pnad. A tabela A.2, no Apêndice, apresenta os itens utilizados para compor a renda das famílias com base no SCN e respectivas descrições.

A forma de construção utilizada buscou minimizar três diferenças conceituais fundamentais entre o SCN e a Pnad. Em primeiro lugar, levamos em consideração a natureza bruta da renda familiar na Pnad, que não desconta impostos e contribuições sociais. No caso das transferências, são incluídas aquelas recebidas, mas não são descontadas aquelas realizadas pelas famílias. No caso dos rendimentos de ativos, são incluídos os recebidos e não são descontados os pagos. Por exemplo, os juros recebidos são incluídos, mas os juros pagos não são levados em consideração. Cabe notar que essa não é uma deficiência de todas as pesquisas domiciliares e, caso estivessemos utilizando a POF como referência básica, diversos desses descontos poderiam ser levados em consideração.¹⁹

Em segundo lugar, parte da renda das famílias (como juros e variação no FGTS) é compulsoriamente retida, e a outra parte é apenas um rendimento atribuído, mas não efetivo – tal como ocorre com o rendimento de detentores de apólices de seguro. Como esses componentes da renda não são investigados pelas pesquisas domiciliares, optamos por excluí-los. Com isso, o agregado construído com base no SCN torna-se mais comparável àqueles obtidos com base na Pnad e na POF. Também não incluímos os benefícios sociais em espécie, inclusive os pagamentos ao SUS, que o SCN contabiliza como benefício em numerário às famílias.

Uma terceira diferença importante entre Pnad, POF e o SCN refere-se à definição de “família” empregada. Nas duas pesquisas domiciliares, utilizamos domicílios como *proxy* para famílias, sendo considerados apenas os domicílios particulares.²⁰ A definição do SCN do setor família é mais abrangente, uma vez que inclui as famílias enquanto unidades de consumo, os estabelecimentos agropecuários, as microempresas, os trabalhadores autônomos e os serviços privados não-mercantis (IBGE, 2004).

Trata-se, portanto, de uma definição de muito mais alcance que aquela utilizada nas pesquisas domiciliares, o que dificulta a comparação da renda agregada do *setor família* no SCN com a renda agregada das famílias na Pnad e na POF. Embora grande parte da renda dos esta-

¹⁹ De fato, se o objetivo fosse construir um agregado mais próximo à POF, diversos refinamentos adicionais poderiam ser feitos, uma vez que a informação sobre renda na POF é bem mais abrangente e detalhada. Em particular, seria possível descontar os impostos e as contribuições sociais pagas pelas famílias.

²⁰ Nestas pesquisas, define-se como domicílio particular o local de moradia estruturalmente separado e independente (constituído por um ou mais cômodos), e que é destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, cujo relacionamento é dado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência (IBGE, 2003b). A separação fica caracterizada quando o local de moradia permite que seus moradores se isolem e que arquem com parte ou a totalidade de suas despesas de alimentação ou moradia.

belecimentos agropecuários, das microempresas e dos trabalhadores autônomos acabe chegando às famílias, ao menos uma parcela dela é retida e reinvestida e, portanto, não passa pelas famílias. Com o objetivo de minimizar essas incompatibilidades, retiramos, do excedente operacional bruto da agropecuária e das microempresas, a parcela dedicada à formação bruta de capital, pois consideramos que essa parcela da renda é reinvestida diretamente, sem efetivamente passar pelas famílias. Excluimos também as transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. Embora esses procedimentos permitam reduzir os problemas decorrentes das diferenças conceituais, é necessário ter em mente que o SCN continua sobrestimando a renda efetivamente apropriada pelas famílias.

3.2 Diferenças entre Pnad, POF e SCN

A tabela 4 compara a renda total das famílias e de seus componentes estimados com base nas pesquisas domiciliares e no SCN. Conforme essa tabela revela, a renda das famílias estimada com base no SCN é praticamente igual à estimada com base na POF e, conseqüentemente, 27% maior do que a obtida com base na Pnad. Apesar de os totais estimados a partir da POF e do SCN serem essencialmente idênticos, há diferenças marcantes na composição da renda estimada com base nessas duas fontes.

TABELA 4
Comparação da renda total e sua distribuição entre Pnad,
POF e SCN

Componente	Nível (R\$ bilhões correntes ano)			Composição (%)			Diferença (%)			Contribuição para a diferença (%)	
	Pnad-03	POF-03	SCN-03	Pnad-03	POF-03	SCN-03	POF/PnadD	SCN/Pnad	SCN/POF	POF/Pnad	SCN/Pnad
Renda total	830	1049	1052	100	100	100	26,4	26,7	0,2	100	100
Renda de ativos	115	159	176	13,8	15,1	16,7	38,2	53,0	10,7	20,0	27,5
Aluguel imputado	97,4	111	108	11,7	10,6	10,3	14,5	11,3	-2,7	6,4	5,0
Aluguéis, juros e dividendos	17,4	47,2	67,2	2,1	4,5	6,4	171	286	42,4	13,6	22,5
Renda do trabalho e excedente operacional	562	699	635	67,7	66,7	60,4	24,4	13,0	-9,2	62,8	32,9
Renda do trabalho	562	699	470	67,7	66,7	44,7	24,4	-16,4	-32,8	62,8	-41,5
Exedente operacional bruto descontada a formação bruta de capital	165	15,7	74,5
Transferências	154	191	241	18,5	18,2	22,9	24,5	57,1	26,2	17,2	39,6

Fontes: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003, na POF de 2002/2003 e no Sistema de Contas Nacionais de 2003.

Em termos absolutos, a diferença mais marcante ocorre *na renda do trabalho e excedente operacional bruto* e, de forma especialmente acentuada, na renda do trabalho. Porém, o diferencial vai na direção contrária ao esperado, uma vez que a renda do trabalho parece estar significativamente subestimada no SCN (a estimativa dessa fonte é mais elevada tanto na Pnad quanto na POF). A Pnad – mesmo sem incluir as rendas eventuais (décimo terceiro, adicional de férias e participação nos lucros) e os benefícios não-monetários (vale-refeição e vale-transporte e produção para autoconsumo, entre outros) – apresenta uma renda do trabalho que é 16% maior que a referida nas contas nacionais. No caso da POF, essa diferença é duas vezes maior, ou seja, é de 33%. Conseqüentemente, a participação da renda do trabalho na renda total das famílias, que fica próxima a 45% no SCN, chega a 67% nas pesquisas domiciliares.

Essas diferenças decorrem em grande medida do fato de as contas nacionais subestimarem significativamente o número de pessoas ocupadas. A tabela A.3 no Apêndice mostra que o total de ocupados estimado com base na Pnad é 15% maior que aquele obtido no SCN (o que representa 10,3 milhões de trabalhadores).²¹ Dada a reconhecida qualidade das informações da Pnad sobre ocupação e rendimento do trabalho, e tendo em vista que, na Pnad, não estão incluídos os rendimentos eventuais e não-monetários, fica claro que o SCN não captura de forma adequada nem o número de pessoas ocupadas nem o rendimento médio, levando a uma substancial subestimação da participação da renda do trabalho na renda total das famílias.

De maneira geral, é possível argumentar que as pesquisas domiciliares tendem a sobrestimar a renda dos trabalhadores por conta própria e dos pequenos empresários, já que esses, quando diretamente questionados sobre sua renda do trabalho, têm grande dificuldade de separar a parcela que corresponde ao trabalho daquela que corresponde à remuneração do capital. Porém, nas contas nacionais, comete-se o erro contrário: como o pró-labore de um proprietário é, em geral, definido apenas em função da legislação previdenciária e da fiscal, muitas vezes parte da renda que corresponde à remuneração do trabalho acaba sendo atribuída ao capital. Assim, no SCN, parte da renda do trabalho agrícola e dos pequenos empreendedores urbanos deve estar sendo computada como excedente operacional, enquanto, nas pesquisas domiciliares, o reverso pode estar ocorrendo.

Com efeito, quando comparamos a soma da renda do trabalho e excedente operacional da agropecuária e microempresas,²² segundo o

²¹ Ver tabela A.3 no Apêndice. Os dados relativos ao SCN foram extraídos de IBGE (2004), tabela 14.

²² Como já mencionado, descontamos do excedente operacional bruto a parcela dedicada à formação bruta de capital. Como essa renda deve ter sido retida pelas empresas, não poderia ser captada pelas pesquisas domiciliares.

SCN, com a renda do trabalho na Pnad e na POF, as diferenças diminuem substancialmente. Em relação à POF, as diferenças reduzem-se a 9% em favor dessa, enquanto, no caso da Pnad, esse agregado passa a ser apenas 13% menor. Essa diferença explica cerca de $\frac{1}{3}$ do hiato na renda total das famílias existente entre as contas nacionais e a Pnad.

Depois da renda do trabalho, o principal fator para explicar o diferencial entre as pesquisas domiciliares e as contas nacionais é a *renda de transferências às famílias*. Essa fonte é 57% mais elevada no SCN do que na Pnad, o que explica cerca de 40% do hiato entre a renda das famílias dessas duas fontes de dados. Essa diferença é substancialmente menor quando se compara o SCN com a POF, mas ainda assim é uma diferença expressiva: 26%. Dada a importância dessa fonte de renda para explicar as diferenças existentes entre as bases, é importante investigar com mais detalhes a sua natureza.

Em princípio, o valor bem mais elevado das transferências no SCN deveria resultar da maior variedade de transferências contempladas. Entretanto, esse não é o caso na diferença observada em relação à POF, pois aqui o fator determinante é a *diferença nas pensões e aposentadorias públicas*. Esse item é 40% maior no SCN do que na POF, o que explica praticamente toda a diferença nas transferências (97%). No caso da Pnad, tanto a menor diversidade das transferências captadas quanto a subestimação das aposentadorias e pensões públicas contribuem para o diferencial total entre as duas fontes de dados. De forma mais precisa, cerca da metade da diferença deve-se à subestimação das aposentadorias e pensões, e metade, à maior amplitude do SCN. Como as transferências não devem estar concentradas entre os mais ricos, sua subdeclaração nas pesquisas domiciliares não deve levar à subestimação do grau de desigualdade nessas pesquisas, em particular na Pnad.²³ Ao contrário, é possível que, se incorporadas, essas fontes de renda provocassem uma redução do grau de desigualdade.

Por fim, no que concerne a renda de ativos, a tabela 4 mostra que há uma significativa subestimação dessa fonte de renda na Pnad e, em menor medida, na POF (principalmente quando o aluguel imputado é excluído). Nas contas nacionais, o rendimento de ativos, excluindo os aluguéis imputados, é quase quatro vezes superior ao captado pela Pnad e 42% maior que o captado pela POF. A despeito do elevado diferencial entre o SCN e a Pnad, essa fonte de renda tem uma contribuição relativamente reduzida (22%) para o hiato na renda familiar total. Já a diferença das estimativas do aluguel imputado entre pesquisas

²³ Das rendas que compõem as transferências, a que talvez apresente o maior potencial regressivo deve ser o sistema de aposentadorias dos funcionários públicos, que corresponde a apenas 29% do total das rendas de transferências.

domiciliares e SCN é limitada, sendo praticamente inexistente a distância entre POF e SCN (apenas 3% em favor da POF).

Apesar de sua limitada importância em relação ao nível de renda das famílias, ainda assim a subestimação da renda de ativos pode ter um impacto significativo sobre a desigualdade. Esse efeito negativo será tão maior quanto mais concentrada for entre os mais ricos essa fonte de renda. Sendo assim, procedemos à análise do potencial impacto distributivo das diferenças existentes nessa e nas demais fontes de renda da POF, da Pnad e do SCN.

3.3 Potencial impacto distributivo das diferenças entre POF, Pnad e SCN

Da comparação das pesquisas domiciliares com as contas nacionais, é possível identificar três aspectos fundamentais para análise da desigualdade de renda. Primeiro, constatou-se que, de fato, a renda familiar estimada pela Pnad é menor que a estimada com base no SCN, mas a diferença é quase inexistente quando se compara a POF com o SCN. Segundo, apesar do hiato de 26% na renda das famílias entre a POF e a Pnad, elas apresentam o mesmo grau de desigualdade, medido pelo coeficiente de Gini. Por fim, identificou-se que *as diferenças existentes nas transferências* são as mais importantes para explicar o hiato de renda das famílias entre Pnad e SCN, enquanto *a renda de ativos* é o terceiro fator em ordem de importância, sendo superado também pela *renda do trabalho*.

Dessa forma, é difícil determinar *a priori* a direção do impacto líquido sobre o grau de desigualdade decorrente da subestimação, por parte da Pnad, desses diversos componentes da renda. Por um lado, a renda de transferências subestimada possivelmente beneficia um grande número de famílias pobres. Por outro, a renda de ativos subestimada deve incidir majoritariamente sobre os mais ricos. Além disso, o fato de a POF apresentar uma renda total 26% superior à da Pnad – e ainda assim apresentar um grau de desigualdade praticamente idêntico – indica que talvez o grau de desigualdade não seja tão sensível a essas subestimações.

Tampouco se deve esperar que o grau de desigualdade de renda captado pelo SCN seja substancialmente superior ao da POF, já que o nível de renda estimado pela POF é essencialmente idêntico ao obtido com base no SCN. Contudo, a composição desse total varia substancialmente entre as duas pesquisas. Em particular, a renda do

trabalho é muito mais importante na POF do que no SCN, enquanto o oposto é verdade para a renda de ativos e, principalmente, para as transferências. Ainda assim, é pouco provável que essas diferenças na composição levem a uma subestimação da desigualdade na POF. Isso porque, em termos absolutos, a diferença existente nas transferências é 2,5 vezes maior do que a diferença observada na renda de ativos e, conforme anteriormente observado, as transferências devem beneficiar desproporcionalmente os mais pobres. Como a desigualdade medida pela Pnad é praticamente idêntica à medida pela POF, não se deve esperar também que o grau de desigualdade na renda detectado pelo SCN seja significativamente superior ao da Pnad.

Em princípio, não há informações suficientes para se obter uma estimativa do grau de desigualdade com base no SCN e, portanto, do grau de subestimação da desigualdade de renda medida com base nas pesquisas domiciliares. Entretanto, uma primeira aproximação pode ser feita sob a hipótese de que a distribuição da parcela subestimada de cada fonte de renda é idêntica à da parcela registrada nas pesquisas domiciliares. Nesse caso, a única deficiência dessas pesquisas seria quanto aos pesos relativo das fontes, os quais, em princípio, podem ser obtidos com base no SCN. De posse dos pesos corretos, é possível então reponderar as pesquisas domiciliares e obter estimativas fidedignas para a desigualdade de renda.

Mais precisamente, se denotarmos por $Y_p(\omega)$ a renda *per capita* segundo a Pnad da família a que a pessoa ω pertence, então

$$Y_p(\omega) = T_p(\omega) + F_p(\omega) + A_p(\omega)$$

em que, T_p , F_p e A_p denotam a renda familiar *per capita* do trabalho (incluindo o excedente operacional da agropecuária e de microempresas líquido da formação bruta de capital), das transferências e dos ativos (incluindo os aluguéis imputados), respectivamente. Se, nas pesquisas domiciliares, essas fontes encontram-se subestimadas e sabemos qual o valor médio verdadeiro de cada uma, podemos construir uma renda corrigida, $Y_c(\omega)$, que é dada por

$$Y_c(\omega) = T_c(\omega) + F_c(\omega) + A_c(\omega)$$

e

$$T_c(\omega) = \frac{\mu_{T,s}}{\mu_{T,p}} T_p(\omega)$$

em que $\mu_{T,s}$ denota a renda média do trabalho segundo o SCN, e $\mu_{T,p}$

denota a renda média do trabalho segundo a pesquisa domiciliar. Nesta expressão, $\mu_{T,p} = E[T_p]$ e F_c e A_c são obtidos utilizando expressões análogas. Em virtude dessa reponderação, temos que

$$\mu_{T,c} = E[T_c] = \frac{\mu_{T,s}}{\mu_{T,p}} E[T_p] = \mu_{T,s}$$

com expressões análogas para $\mu_{F,c}$ e $\mu_{A,c}$. Com esses ajustes, tanto a renda total das pesquisas domiciliares quanto a sua composição serão idênticas às obtidas com base no SCN.

Na tabela 5, apresentamos como a desigualdade na Pnad se altera quando suas rendas são reponderadas de forma que produzam o mesmo total e a composição presente no SCN e na POF. Essa tabela apresenta também como a desigualdade estimada pela POF se modifica quando as rendas dessa pesquisa são reponderadas para reproduzir o total e a composição do SCN. Em ambos os casos, consideramos a renda de ativos de forma conjunta (não fazendo qualquer diferenciação entre aluguéis imputados, aluguéis, juros e dividendos) e separadamente para aluguéis imputados e demais rendas de ativos.

TABELA 5
Simulações do impacto sobre a desigualdade na POF e Pnad

	Renda de ativos distrib. conjuntamente	Renda de ativos distrib. separadamente
Painel A: Simulações Pnad		
Distribuição original	0,583	0,583
Com os fatores SCN	0,587	0,596
Com os fatores POF	0,584	0,589
Painel B: Simulações POF		
Distribuição original	0,583	0,583
Com os fatores SCN	0,583	0,588

Fontes: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.
 Notas:¹ As rendas estão expressas em reais de julho de 2003.
² A estimativas não incorporam a área rural da Região Norte, com exceção do estado de Tocantins.

Os resultados da tabela 5 mostram que a incorporação dos pesos do SCN levaria a um aumento de 1% a 2% no grau de desigualdade medido pela Pnad, dependendo da forma como se distribui a renda de

ativos (o efeito mais forte sobre a desigualdade ocorre quando distinguimos a renda de aluguéis imputados das demais rendas de ativos). A utilização dos pesos da POF implicaria uma elevação mais reduzida em ambos os casos, inferior a 1%.

No caso da POF, a incorporação dos pesos do SCN manteria a desigualdade praticamente inalterada, sendo observada uma redução ínfima da desigualdade (inferior a 0,1%) no caso de distribuição conjunta da renda de ativos, e uma elevação de apenas 0,7% quando essas rendas são distribuídas separadamente. Portanto, embora o grau de subestimação da renda das famílias da Pnad em relação à POF e ao SCN seja da ordem de 26% e 27%, respectivamente, o grau de subestimação da desigualdade seria baixo, mantendo-se, na pior das hipóteses, entre 1% e 2%, respectivamente.

4 DIFERENÇAS ENTRE A RENDA CONSTRUÍDA E O PRODUTO INTERNO BRUTO

A renda das famílias construída nas seções anteriores a partir do SCN equivale a pouco mais de $\frac{2}{3}$ do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, é razoável argumentar que o $\frac{1}{3}$ restante também deve ser parte da renda das famílias e, quando incluído, poderia alterar o grau de desigualdade na distribuição da renda entre famílias. Nesta seção identificamos os componentes desta diferença entre nossa estimativa da renda das famílias e o PIB, e investigamos o potencial impacto distributivo de sua inclusão.

4.1 Os componentes da diferença entre o PIB e a renda das famílias

Em primeiro lugar, deve-se considerar que uma parcela do PIB não se converte em renda para as famílias. Essa diferença decorre de três fatores. Primeiro, parte do PIB corresponde à remuneração de fatores que não pertencem às famílias nacionais e às transferências líquidas para o exterior. Em 2003, essas transações corresponderam a R\$ 46 bilhões (tabela 6). Em segundo lugar, deve-se considerar que o PIB inclui o montante relativo à depreciação do capital, que deve ser deduzido para se chegar à renda nacional. Segundo Morandi e Reis (2004), a taxa de depreciação do capital como proporção do PIB é próxima de 10%, o que corresponde a um montante de R\$ 156 bilhões em 2003 (tabela 6).²⁴

²⁴ Cabe ressaltar que, ao deduzirmos a depreciação total da economia, estamos sobreestimando o montante que deveria ser deduzido dos lucros retidos pelo setor privado, pois estamos incluindo a parcela destinada à reposição do capital do setor público e das instituições sem fins lucrativos. Por outro lado, estamos superestimando o total de lucros retidos ao não excluirmos a renda correspondente a lucros retidos por empresas estrangeiras que, por definição, não pertence às famílias brasileiras.

Por fim, na medida em que o gasto do governo representa serviços de utilidade para as famílias, deve-se considerar como renda não a arrecadação do governo e, sim, seu gasto total. Assim, é necessário somar ao PIB o déficit público que, em 2003, foi de R\$ 36 bilhões (tabela 6). Levando em consideração esses ajustes, é possível passar do PIB para o que se poderia denominar de renda da população residente,²⁵ que em 2003 totalizou R\$ 1,390 bilhões. A renda das famílias conforme o estimado aqui representa 76% deste agregado. Em seguida identificamos os componentes desta diferença.

TABELA 6
Componentes da diferença do PIB para a renda das famílias

Do PIB para a renda total das famílias residentes	
PIB	1556,2
Saldo indo para o exterior	(46,4)
Depreciação (10% do PIB)	(155,6)
Déficit do governo	36,0
Renda das famílias compatível com o PIB	1390,2
Da renda total das famílias residentes para a renda construída	
Ativos	
Rendimento de ativos não-disponíveis (apólices)	22,5
Pagamentos de juros e aluguéis	(49,9)
Lucros retidos líquidos da depreciação	97,4
Juros e variações nos ativos do FGTS e PIS/Pasep	38,0
Transferências	
Transferências realizadas	(14,1)
Impostos	(105,2)
Gasto com bens e serviços públicos	349,7
Renda das famílias compatível com a Pnad	1051,8

Fonte: Elaborada a partir dos dados do SCN, de 2003.

Todos os componentes desta diferença são, direta ou indiretamente, renda apropriada pelas famílias. Porém, há componentes importantes que dizem respeito a deduções que devem ser feitas. Iniciemos a análise por elas. A primeira e mais importante dedução a ser feita é aquela correspondente aos impostos e às contribuições sociais pagas pelas famílias, que, em 2003, totalizaram R\$ 105 bilhões. Além destes, é preciso deduzir também as transferências realizadas pelas famílias (R\$ 14 bilhões) e o pagamento de juros e aluguéis a outros setores institucionais (R\$ 50 bilhões).²⁶ Adicionalmente, há duas fontes de renda retidas que não são captadas nas pesquisas domiciliares e, por isso, não foram incluídas anteriormente. Trata-se do rendimento atribuído a detentores de apólices de seguro (R\$ 23 bilhões) e os juros e variações nos ativos do FGTS (R\$ 38 bilhões). Estes, portanto, devem ser computados com sinal positivo.

²⁵ Conforme mencionado na nota de rodapé anterior, esta denominação não é inteiramente adequada, pois parte dos lucros retidos pelas empresas pertence a não-residentes, mas não foi retirado no procedimento utilizado.

²⁶ Ao fazermos estas deduções, passamos a considerar os juros, os aluguéis e as transferências líquidos. É importante ressaltar, no entanto, que essas deduções podem não ser neutras do ponto de vista distributivo. Para que isso ocorra, basta que as famílias que pagam e recebem aluguéis ou juros sejam distintas no que diz respeito à sua posição na distribuição de renda. Dito de outra forma, se as famílias que, por exemplo, pagam juros são mais pobres que aquelas que recebem, então essas deduções não serão neutras do ponto de vista distributivo.

Uma vez consideradas essas deduções e incorporadas as rendas retidas, chega-se a uma renda das famílias de R\$ 943 bilhões. A diferença restante entre este valor e a renda total das famílias residentes se deve a dois fatores: (a) gastos gerais do governo com bens públicos e com a prestação de serviços à população (R\$ 350 bilhões); e (b) lucro retido das empresas, descontada a depreciação do capital (R\$ 97 bilhões). Vale ressaltar que uma parcela deste último componente não pertence às famílias residentes, sendo renda retida do resto do mundo ou do governo.

Considerando estes dois últimos ajustes, é possível chegar a uma nova renda das famílias compatível com o PIB (tabelas 6 e 7). Porém, a parcela dos gastos do governo com bens públicos e prestação de serviços que de fato pode ser computada como renda das famílias depende do valor que as famílias dão aos serviços públicos (ou, alternativamente, do grau de eficiência destes gastos). Se fizermos a hipótese de que as famílias valorizam/percebem estes serviços no mesmo valor de seu custo (que chamaremos de Cenário A), então temos que a renda bruta das famílias é de R\$ 1,495 bilhão e a renda líquida de impostos e contribuições, R\$ 1,389 bilhão (tabela 7). Por outro lado se supusermos que apenas 75% do custo desses gastos são efetivamente valorados pelas famílias (Cenário B), então as rendas bruta e líquida seriam de R\$ 1,407 e R\$ 1,302 bilhão, respectivamente. Nas simulações da subseção seguinte utilizaremos sempre ambos os cenários.

TABELA 7
Relação entre as rendas das famílias - PIB

Nova estrutura da renda das famílias	Renda das famílias segundo o SCN	Cenário A	Cenário B	Diferença percentual entre a renda das famílias e a renda nacional
Renda de ativos	176	245	245	40%
Aluguel imputado	108	108	108	0%
Aluguéis, juros e dividendos	67,2	137	137	104%
Renda do trabalho e excedente operacional	635	673	673	6%
Transferências	241	227	227	-6%
Bens e serviços públicos	0	350	262	--
Impostos e contribuições	0	105	105	--
Renda total	1.052	1.390	1.302	--

Fonte: Elaborada a partir dos dados do SCN de 2003.

Estes ajustes na renda das famílias levam a um aumento de 24% a 32% na renda total, dependendo do valor dado aos gastos públicos.

O aumento é particularmente acentuado na renda de ativos, que mesmo incluindo o aluguel imputado aumenta em 40% (sem incluir o aluguel imputado, a renda de ativos dobra). A renda do trabalho e o excedente operacional bruto também aumentam (em 6%) em decorrência da inclusão dos juros e variações nos ativos do FGTS e PIS/Pasep. As transferências declinam em 6% devido à dedução daquelas realizadas pelas famílias (tabela 7).

4.2 O impacto distributivo da diferença entre o PIB e a renda das famílias

Os ajustes feitos na subseção anterior certamente não são neutros do ponto de vista distributivo. Alguns, como a incorporação dos lucros retidos, devem elevar a desigualdade, enquanto outros, como os serviços e bens públicos, devem reduzi-la. Cabe, portanto, investigar o destino desta parcela significativa da renda e seus potenciais impactos sobre a desigualdade.

Com o objetivo de obter uma aproximação (rudimentar) do potencial impacto que a inclusão dessas rendas poderia ter sobre a desigualdade no País, são feitas algumas simulações cujos resultados apresentamos na tabela 8. Em todos os casos, são feitas três hipóteses básicas: (a) a distribuição que constitui o ponto de partida é aquela fornecida pela Pnad ajustada com base nos fatores do SCN, que resulta numa renda total de R\$1,051 bilhão; (b) o montante de impostos diretos pagos é proporcional à renda (considera-se uma alíquota única) e, portanto, não tem qualquer impacto distributivo; e (c) as rendas de transferências e do trabalho e excedente operacional bruto são reduzidas e aumentadas, respectivamente, com base nos fatores apresentados na tabela 7. Com isso, temos uma renda contrafactual-base de R\$ 970 bilhões, a partir da qual faremos todos os exercícios de simulação para avaliar o impacto conjunto da inclusão da renda correspondente ao gasto público e da renda de ativos.

Com relação aos gastos do governo com bens públicos e prestação de serviços, são considerados os dois cenários já apresentados na tabela 7: (a) o Cenário A, em que as famílias valoram 100% dos gastos públicos, o que resulta numa renda adicional de R\$ 350 bilhões; e (b) o Cenário B, em que as famílias valorizam esses gastos a 75% de seu custo total, resultando numa renda adicional de R\$ 262 bilhões.²⁷ Esses dois cenários bifurcam em duas hipóteses distributivas distintas: (a) os gastos públicos beneficiam igualmente todas as famílias; e (b) esses gastos são distribuídos de forma proporcional à renda.²⁸

²⁷ O primeiro pode ser considerado o “cenário base otimista” e o segundo o “cenário base pessimista”, uma vez que dos R\$350 bilhões, R\$ 87 bilhões perdem-se devido, por exemplo, a ineficiências do setor público, e não chegam a ser incorporados à renda das famílias.

²⁸ Note que a primeira hipótese é fortemente indutora de igualdade, enquanto a segunda é neutra, pois considera que não há progressividade ou regressividade nos gastos públicos.

Com isso, há quatro possíveis cenários quanto ao montante e à forma como estão distribuídos os recursos relativos aos gastos públicos com bens e serviços. A partir desses quatro cenários, consideramos dois exercícios de simulação adicionais que tratam da forma como está distribuída a parcela da renda de ativos (aluguéis, juros e dividendos) que é captada pelo PIB, mas que não é captada na renda das famílias construída a partir do SCN (e que totaliza R\$ 70 bilhões) (tabela 7). São eles: (a) Simulação 1: a renda de ativos excedente é distribuída obedecendo à distribuição da renda de ativos (incluindo aluguel imputado), de renda na POF e Pnad; e (b) Simulação 2: a renda de ativos excedente é distribuída entre o 1% mais rico, obedecendo à distribuição destas fontes de renda apenas no último centésimo da POF e da Pnad.

TABELA 8
Sensibilidade no grau de desigualdade da renda *per capita* da Pnad e da POF a ajustes para correções subestimativas em relação ao PIB

(Coeficiente de Gini)				
	Pnad - 2003		POF - 2003	
	Gasto púb. distrib. igualmente	Gasto púb. distrib. proporcion.	Gasto púb. distrib. igualmente	Gasto púb. distrib. proporcion.
Cenário A: utilizando o valor total do gasto público				
Simulação 1:	0,451	0,589	0,445	0,581
Simulação 2:	0,474	0,619	0,469	0,612
Cenário B: reduzindo em 25% o valor do gasto público				
Simulação 1:	0,479	0,589	0,473	0,581
Simulação 2:	0,503	0,619	0,498	0,612

Fontes: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.
Obs.: As estimativas não incorporam as informações da área rural da Região Norte, com exceção do estado de Tocantins, cuja cobertura da pesquisa já incluía a área rural.

Os resultados da tabela 8 mostram dois aspectos cruciais para a análise dos impactos distributivos das rendas de ativos e dos gastos públicos. O primeiro deles diz respeito ao enorme impacto redutor de desigualdade que podem ter os gastos do governo. Sob os cenários de distribuição igualitária dessa renda, mesmo no mais pessimista dos exercícios realizados (Cenário B, Simulação 2), a desigualdade de renda

estimada seria de 0,503 e 0,498 na Pnad e na POF, respectivamente. Isso significa que, sob essas hipóteses, o grau de desigualdade efetivamente medido por ambas as bases estaria significativamente sobrestimado (16% e 17%, respectivamente).

Ao contrário, se de fato os gastos do governo são mal focalizados e incidirem de forma proporcional à renda, então o grau de desigualdade estará subestimado. Tomando novamente o cenário mais pessimista, esse grau de subestimação seria de 6% e 7% na Pnad e na POF, respectivamente. Outro aspecto interessante concerne à baixa sensibilidade da desigualdade de renda em relação às hipóteses feitas acerca da distribuição da renda excedente de ativos (do PIB em relação ao das famílias segundo o SCN). Comparando os resultados das simulações 1 e 2, a desigualdade apresenta um aumento de cerca de 5% em todos os casos considerados. Em parte, esse impacto limitado decorre da reduzida magnitude do volume de renda em questão, que representa pouco menos de 7% da renda total das famílias construída com base no SCN.

Assim, o que essas simulações mostram é que, na medida em que os gastos públicos não forem regressivos, o grau de desigualdade medido a partir das pesquisas domiciliares não tenderá a estar significativamente sobrestimado.

5 A EVOLUÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A PNAD E O SCN

Ainda que a subdeclaração da renda das famílias nas pesquisas domiciliares leve à subestimação do nível de desigualdade, isso não significa que ela necessariamente afetará a variação da desigualdade ao longo do tempo. De fato, se o grau de subestimação de cada fonte permanecer inalterado, não se deveria esperar que a subestimação da renda influenciasse as estimativas da variação no grau de desigualdade.²⁹ Na verdade, mesmo quando o grau geral de subestimação aumenta, ele também pode não influenciar a variação no grau de desigualdade quando esse aumento é uniforme e, portanto, não modifica o relativo grau de subestimação das diversas fontes de renda.

Com o objetivo de verificar o potencial impacto da subestimação da renda na Pnad sobre a estimativa da recente queda na desigualdade, a tabela 9 compara a evolução, entre 2001 e 2003, do nível e da composição da renda das famílias segundo a Pnad e o SCN.³⁰

²⁹ É evidente que, mesmo quando o grau de subestimação permanece inalterado, variações no grau de desigualdade estimadas com base na Pnad podem estar viesadas. Para isso, basta que a desigualdade na distribuição da renda não captada tenha mudado de forma distinta daquela captada pela Pnad. Por exemplo, considere-se a situação na qual a distribuição da parcela da renda de ativos captada pela Pnad não se altera, mas aumenta a desigualdade na distribuição da parcela não captada sem mudança na média. Nesse caso, a Pnad não indicaria qualquer alteração no grau de desigualdade, quando o verdadeiro grau de desigualdade teria aumentado. Nota-se que, nesse caso, o grau de subestimação de cada uma das fontes se manteria inalterado.

³⁰ Como as informações do SCN estão disponíveis apenas até 2003, não é possível atualizar a análise até 2005 (como permitiriam as informações da Pnad).

Esta tabela revela que o hiato entre a renda total das famílias segundo a Pnad e o SCN aumentou em três pontos percentuais ao longo desse período. Contudo, o aumento no grau de subestimação não foi uniforme entre as diferentes fontes de renda, uma vez que elas contribuíram de forma bastante diferenciada para a evolução da renda total. A evolução do rendimento de ativos e do aluguel imputado, por exemplo, em nada contribuiu para o aumento no grau de subestimação. Ao contrário, ambas contribuíram para reduzir o nível geral de subestimação, sendo esse efeito particularmente acentuado na renda de aluguéis, juros e dividendos: o hiato entre SCN e Pnad nessa fonte de renda caiu 22 pontos percentuais, enquanto o diferencial no aluguel imputado caiu três pontos percentuais. Se as únicas variações observadas entre 2001 e 2003 tivessem sido na renda de ativos e de aluguel imputado, o grau de subestimação teria declinado em 0,28 e 0,35 ponto percentual, respectivamente (tabela 10). Já a renda do trabalho e o excedente operacional bruto contribuíram de forma significativa para a ampliação do hiato entre a Pnad e o SCN e, caso essas tivessem sido as únicas variações observadas, o grau de subestimação teria aumentado em 3,3 pontos percentuais.

TABELA 9
Evolução do nível e composição da renda das famílias segundo a Pnad e o SCN

Componente	Nível (R\$ bilhões correntes por ano)				Diferença (%)		Contribuição para a diferença (%)	
	Pnad-01	Pnad-03	SCN-01	SCN-03	2001	2003	2001	2003
Renda total	663	830	819	1052	23,5	26,7	100,0	100,0
Renda de ativos	97,6	115	156	176	59,6	53,0	37,3	27,5
Aluguel imputado	82,6	97,4	94,7	108	14,6	11,3	7,7	5,0
Aluguéis, juros e dividendos	15,0	17,4	61,1	67,2	308	286	29,6	22,5
Renda do trabalho e EOB	452	562	489	635	8,2	13,0	23,7	32,9
Renda do trabalho	452	562	377	470	-16,5	-16,4	-48,0	-41,5
EOB descontada a FBK	112	165	71,7	74,5
Transferências	113	154	174	241	53,6	57,1	38,9	39,6

Fontes: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2003 e no Sistema de Contas Nacionais de 2001 e 2003.

TABELA 10

Variações no grau de subestimação da renda da Pnad em relação ao SCN

	Δ em p.p.	Contribuição para a variação (em %)
Variação no grau de subestimação observado	3,16	100
Variação no grau de subestimação caso ocorressem:		
Mudanças apenas no aluguel imputado	-0,28	-8,84
Mudanças apenas na renda de aluguéis, juros e dividendos	-0,35	-11,2
Mudanças apenas na renda do trabalho e EOB	3,34	106
Mudanças apenas na renda de transferências	0,76	23,9

Fonte: Estimativas obtidas com base no SCN de 2001 e 2003.

No entanto, cabe notar que o hiato na renda do trabalho entre a Pnad e o SCN manteve-se parado e, portanto, toda contribuição negativa veio do excedente operacional e, mais especificamente, do excedente da agropecuária líquido da formação bruta de capital. De fato, o excedente operacional bruto elevou-se em 48% entre 2001 e 2003, e quase todo esse aumento veio da agropecuária.³¹ Além dessa fonte, o componente que mais contribuiu para ampliar o grau de subestimação foram as transferências, que responderam por cerca de 24% do aumento observado.

Em suma, entre 2001 e 2003, cresceu ligeiramente o grau de subestimação da renda das famílias na Pnad em comparação ao SCN. Esse aumento, entretanto, não decorreu de aumentos da subestimação de fontes de renda tipicamente mais concentradas entre os mais ricos, como a renda de ativos. Ao contrário, as transformações na renda de ativos e de aluguéis imputados contribuíram para reduzir o grau de subestimação. A crescente subestimação das transferências e, de forma particularmente acentuada, o crescimento desproporcional do excedente operacional da agricultura líquido da formação bruta de capital foram os principais responsáveis pelo aumento no grau de subestimação. Se as duas fontes de renda não estiverem especialmente concentradas entre os mais ricos, esse aumento no grau de subestimação não deve ter levado a um aumento na desigualdade de renda não captado pela Pnad.

Para avaliar quantitativamente o potencial impacto dessas mudanças sobre a redução no grau de desigualdade observado na Pnad, realizamos um exercício análogo ao apresentado na subseção 3.3.

³¹ Este componente sofreu um aumento de aproximadamente 57% entre 2001 e 2003.

Portanto, utilizamos as diferenças observadas entre Pnad e SCN para os três agregados da renda em ambos os anos (ativos, trabalho e transferências)³² e criamos distribuições de renda que reproduzem o peso de cada fonte e a renda total apresentados nas contas nacionais em 2001 e 2003. Com isso, é possível estimar qual teria sido a trajetória do grau de desigualdade caso a evolução da composição da renda familiar seguisse o descrito pelo SCN.³³ Os resultados são apresentados na tabela 11.

TABELA 11
Simulação da evolução da desigualdade na Pnad de acordo com os parâmetros do SCN

	Coeficiente de Gini		Variação (%)
	2001	2003	
Distribuição original	0,596	0,583	-2,19
Com ajustes para o SCN	0,612	0,596	-2,66
Com ajustes para SCN agregado na renda de ativos	0,601	0,587	-2,39

Fonte: Estimativas obtidas com base nas Pnads de 2001 e 2003.
Obs.: As estimativas não incorporam as informações da área rural da Região Norte, com exceção do estado de Tocantins, cuja cobertura da pesquisa já incluía a área rural.

Essa tabela revela que, ajustando a Pnad de acordo com a estrutura da renda do SCN, a queda no grau de desigualdade no período 2001-2003 é ainda maior do que aquela de fato observada. Este resultado é válido tanto considerando a renda de ativos de forma conjunta como desagregando os aluguéis imputados e das demais rendas de ativos: enquanto a queda observada foi de 2,2%, a queda utilizando os fatores do SCN teria sido de 2,7% e 2,4% sob o ajuste desagregado e agregado, respectivamente. Portanto, não encontramos, nesta seção, evidências de que a subestimação da renda familiar por parte da Pnad tenha levado a uma sobrestimação da recente queda na desigualdade no País. Ao contrário, as evidências sugerem que há uma subestimação da queda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas domiciliares com cobertura nacional representam a melhor fonte de informação para medir o grau de desigualdade de

³² A semelhança do exercício feito na subseção 3.3, as simulações também foram feitas desagregando-se a renda de ativos em aluguéis imputados e demais rendas. Os resultados em nada se alteram.

³³ Cumpre destacar que a imputação integral do excedente operacional da agricultura (líquido da formação bruta de capital) como renda do trabalho na Pnad é uma aproximação bastante rudimentar. Uma extensão importante desse exercício seria aprofundar essa análise de simulação com maior nível de detalhe na composição dessa fonte de renda, de forma que fosse possível identificar a parcela correspondente à remuneração do capital e aquela de fato correspondente à remuneração do trabalho.

um país. No caso do Brasil, a Pnad constitui a principal fonte de informação sobre desigualdade disponível, sendo internacionalmente reconhecida como uma fonte de dados de excelente qualidade. Não obstante, assim como ocorre em todas as pesquisas domiciliares, a Pnad apresenta limitações.

Este capítulo teve por objetivo avaliar em que medida essas limitações implicam uma significativa subestimação do grau de desigualdade de renda existente no País. Em particular, procuramos investigar se essas limitações poderiam ter levado a uma superestimação da queda recente na desigualdade de renda estimada com base nos dados da Pnad. Para tanto, comparamos os dados dessa pesquisa com duas fontes de dados mais abrangentes e de natureza completamente distinta: a POF e o SCN. Enquanto a primeira é uma pesquisa domiciliar, cujo principal objetivo é colher informações detalhadas relativas ao padrão de consumo, ao dispêndio e à renda das famílias brasileiras, a segunda constitui uma sistematização e uma consolidação dos agregados macroeconômicos em um dado ano (com informações sobre o produto, a renda e a despesa).

Os resultados da comparação entre Pnad e POF revelam que, de fato, esta segunda tem uma maior capacidade de captar a renda das famílias, apresentando uma renda total 26% maior do que aquela obtida pela Pnad. Esse resultado, contudo, é decorrência da subestimação da renda tanto de pobres quanto de ricos, em que o efeito mais forte incide sobre o décimo mais pobre. Como resultado, ao compararmos o grau de desigualdade de renda obtido pela POF e pela Pnad, temos que o grau de desigualdade (medido pelo coeficiente de Gini) é virtualmente idêntico. Mais ainda, quando consideramos medidas que conferem grande peso às informações na cauda inferior da distribuição, os resultados indicam que o grau de desigualdade de renda na Pnad está sobrestimado.

Ao compararmos a renda de ambas as pesquisas domiciliares à do SCN, constatamos que os montantes obtidos a partir da POF e do SCN são quase equivalentes, o que implica dizer que a renda da Pnad é aproximadamente 27% inferior à das contas nacionais. O fator mais importante para explicar essa diferença é o hiato existente na renda de transferências, enquanto a renda de ativos é o terceiro fator em ordem de importância, sendo superado também pela renda do trabalho acrescida do excedente operacional bruto. Talvez pelo fato de as rendas de transferências e do trabalho não estarem particularmente concentradas entre os mais ricos, quando simulamos o impacto da in-

clusão das rendas do SCN e da POF não incubidas na Pnad o impacto sobre o grau de desigualdade é muito reduzido. Assim, os resultados das simulações sugerem que, embora o grau de subestimação do nível da renda das famílias na Pnad seja da ordem de 26% a 27%, o grau de subestimação da desigualdade é baixo, mantendo-se, na pior das hipóteses, entre 1% e 2%.

No que diz respeito à distância entre a renda das famílias e o PIB, é possível destacar enorme impacto potencial distributivo que têm os gastos do governo com a provisão de bens e serviços. Os resultados das simulações realizadas mostram que se os gastos públicos forem de fato progressivos, o grau de desigualdade medido com base nas pesquisas domiciliares tenderá a estar significativamente sobrestimado. Ao contrário, quanto mais regressivos forem esses gastos, maior será o grau de subestimação da desigualdade de renda medida pelas pesquisas domiciliares. Se os gastos forem proporcionais à renda, estima-se que a Pnad subestimaria o grau de desigualdade em cerca de 7%.

Por fim, a comparação da evolução das rendas da Pnad e do SCN entre 2001 e 2003 mostra que houve uma ligeira ampliação do grau de subestimação da primeira em relação à segunda, com um aumento de três pontos percentuais. Porém, esse aumento não decorreu de uma elevação do grau de subestimação de rendas tipicamente concentradas entre os mais ricos – tais como o rendimento de ativos. Ao contrário, essas fontes contribuíram para reduzir o nível geral de subestimação.

O aumento na subestimação das transferências e, particularmente, o crescimento desproporcional do excedente operacional da agricultura líquido da formação bruta de capital foram os principais responsáveis pelo aumento no grau de subestimação. Talvez por essa razão os resultados das simulações realizadas apontem para uma subestimação, por parte da Pnad, da queda no grau de desigualdade ocorrida no período 2001-2003. Portanto, não há evidências de que a subestimação da renda familiar por parte da Pnad tenha levado a uma sobrestimação da recente queda na desigualdade no País. Também ao contrário, as evidências sugerem que pode ter havido uma subestimação da queda.

7 REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Brazil**: measuring poverty using household consumption. Washington: 2006. (Report, n. 36358-BR).

_____. **World Development Report 2006**: equity and development. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; NERI, M. **An evaluation of the measurement of income and expenditure in household surveys: POF vs. PNAD**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. Mimeografado.

CURY, S.; COELHO, A. M.; PEDROSO, E. **Matriz de Contabilidade Social – Brasil 2003**. GV Pesquisa, São Paulo: FAESP-FGV, fev. 2006. Relatório de Pesquisa 461/04 (Anexo 1). Mimeografado.

CURY, S. et al. **Matriz de Contabilidade Social-1996**. Brasília: Diretoria de Políticas Sociais - Ipea, 1999. Mimeografado.

CURY, S. **Relatório Parcial sobre as informações que compõe a MCS-96, projeto BRA 97/013, pesquisa Avaliação da e do Impacto Distributivo do Gasto Social**. Brasília: Diretoria de Políticas Sociais - Ipea, 1999. Mimeografado .

DEININGER, K.; SQUIRE, L. A new data set measuring income inequality. **The World Bank Economic Review**, v. 10, 1996.

HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2002–2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Notas Técnicas, 2003a). Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004 (Série Relatórios Metodológicos, v. 24, 2004). Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade no Brasil**. (Nota Técnica: ago. 2006). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: nov. 2006.

MORANDI, L.; REIS, E. J. Estoque de capital fixo – novas estimações, 1950–2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2004.

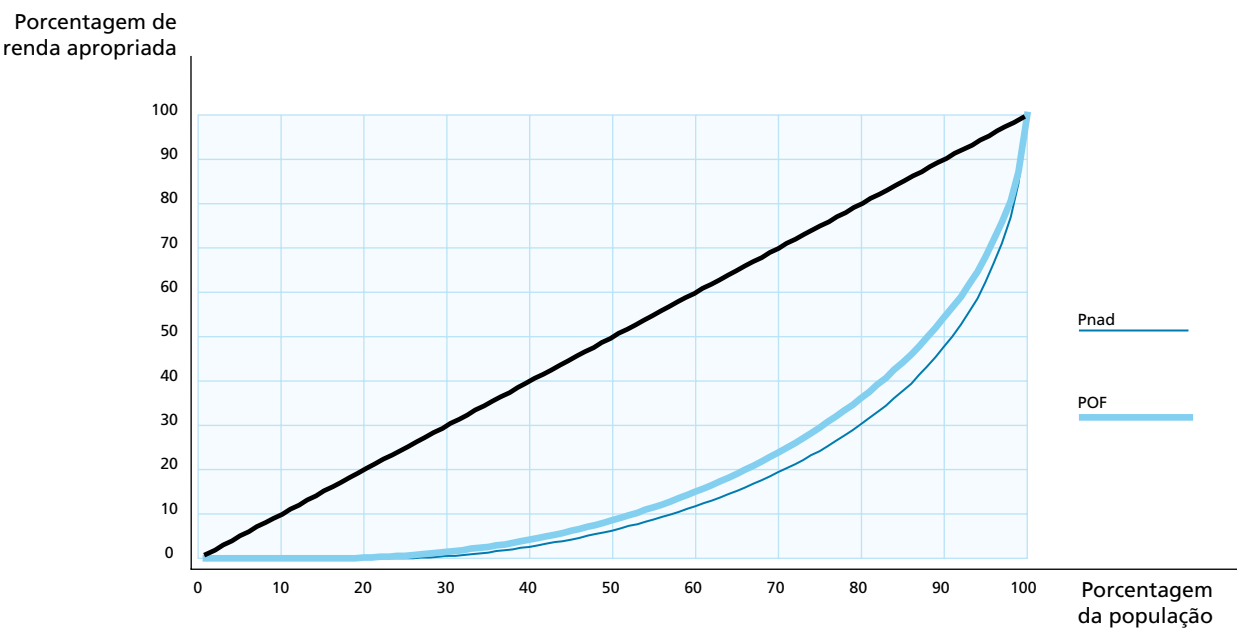
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). World Income Inequality Database 2005 (WIID). Disponível em:<<http://www.wider.unu.edu/wiid/wiid-introduction.htm>>.

TABELA A.1
Comparação das estimativas de população a partir da Pnad e POF

Unidade da Federação	População - Pnad ² (em milhões)	População - POF (em milhões)	Diferença (%)	Contribuição para a diferença (%)
Brasil	172	176	2,5	100
Rondônia	0,98	1,44	47,7	10,9
Acre	0,41	0,59	43,8	4,21
Amazonas	2,36	3,00	27,0	14,9
Roraima	0,29	0,35	23,3	1,55
Pará	4,54	6,52	43,5	46,0
Amapá	0,50	0,53	5,65	0,66
Tocantins	1,23	1,22	-0,89	-0,26
Maranhão	5,89	5,84	-0,75	-1,03
Piauí	2,90	2,91	0,55	0,37
Ceará	7,76	7,71	-0,57	-1,03
Rio Grande do Norte	2,92	2,87	-1,76	-1,20
Paraíba	3,53	3,51	-0,51	-0,42
Pernambuco	7,95	8,13	2,21	4,09
Alagoas	2,94	2,90	-1,18	-0,81
Sergipe	1,88	1,86	-1,05	-0,46
Bahia	13,2	13,4	1,47	4,52
Minas Gerais	18,4	18,5	0,29	1,26
Espírito Santo	3,21	3,23	0,63	0,47
Rio de Janeiro	14,4	14,8	3,06	10,2
São Paulo	38,0	38,5	1,17	10,4
Paraná	9,92	9,86	-0,59	-1,36
Santa Catarina	5,58	5,57	-0,08	-0,10
Rio Grande do Sul	10,5	10,5	-0,11	-0,27
Mato Grosso do Sul	2,19	2,16	-1,63	-0,83
Mato Grosso	2,61	2,63	0,95	0,58
Goiás	5,36	5,26	-1,83	-2,29
Distrito Federal	2,17	2,17	-0,02	-0,01

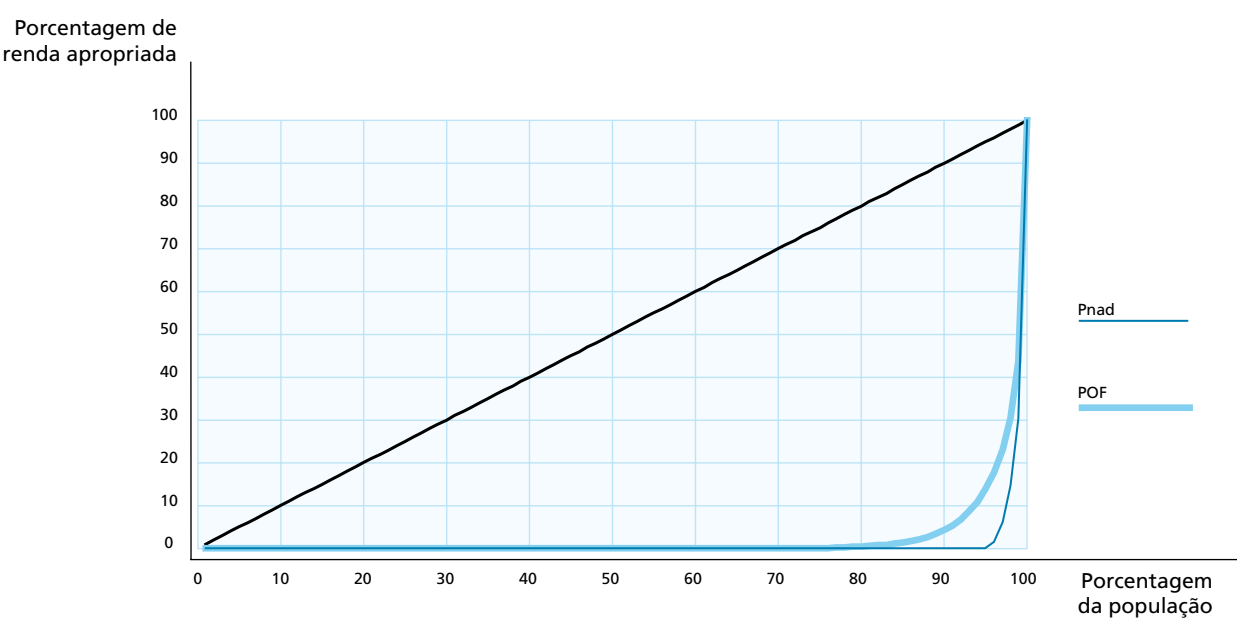
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.
Obs.: ¹ As rendas estão expressas em reais de julho de 2003.
² Excluindo os pensionistas, empregados domésticos e seus parentes, além de pessoas em domicílios com renda *per capita missing*.

GRÁFICO A.1
Curva de Lorenz da distribuição da renda de aluguel imputado *per capita*



Fontes: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.

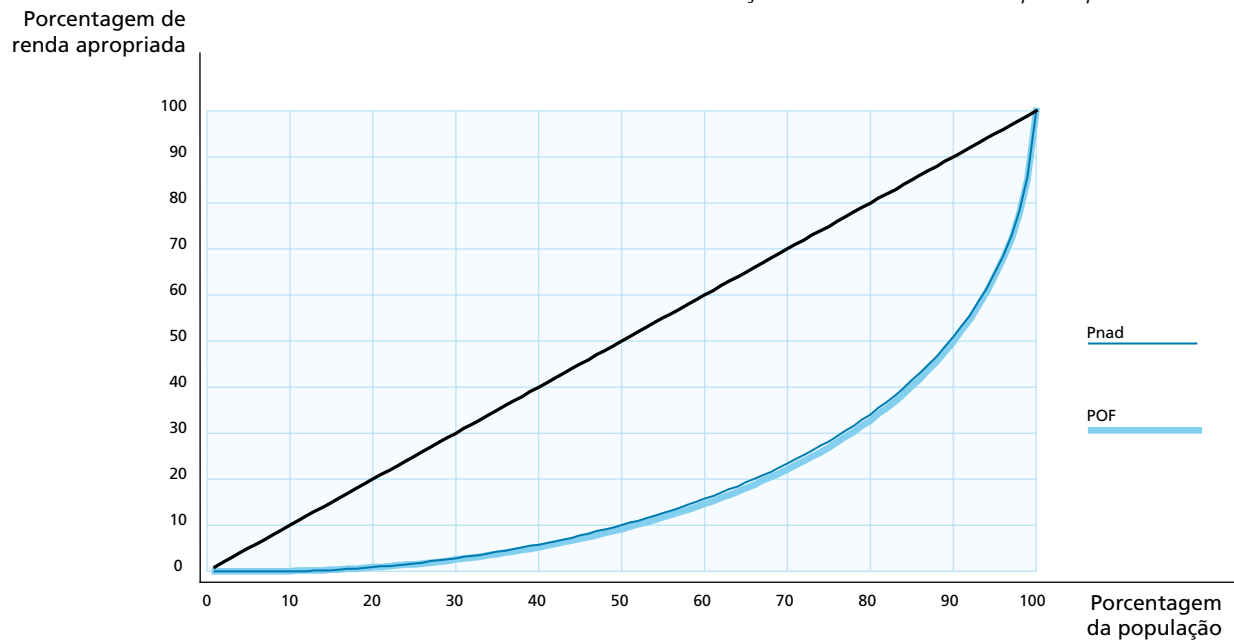
GRÁFICO A.2
Curva de Lorenz da distribuição da renda de ativos *per capita*



Fontes: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.

GRÁFICO A.3

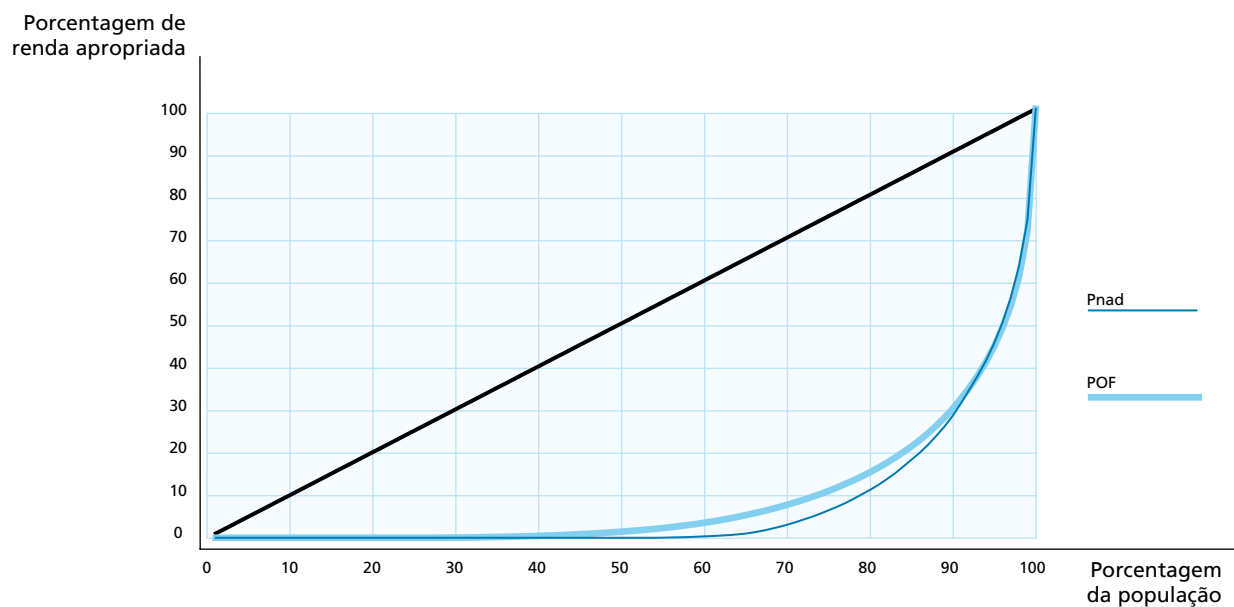
Curva de Lorenz da distribuição da renda do trabalho *per capita*



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.

GRÁFICO A.4

Curva de Lorenz – renda de transferências *per capita*



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e na POF de 2002/2003.

TABELA A.2

Descrição dos componentes da renda das famílias construída a partir do SCN

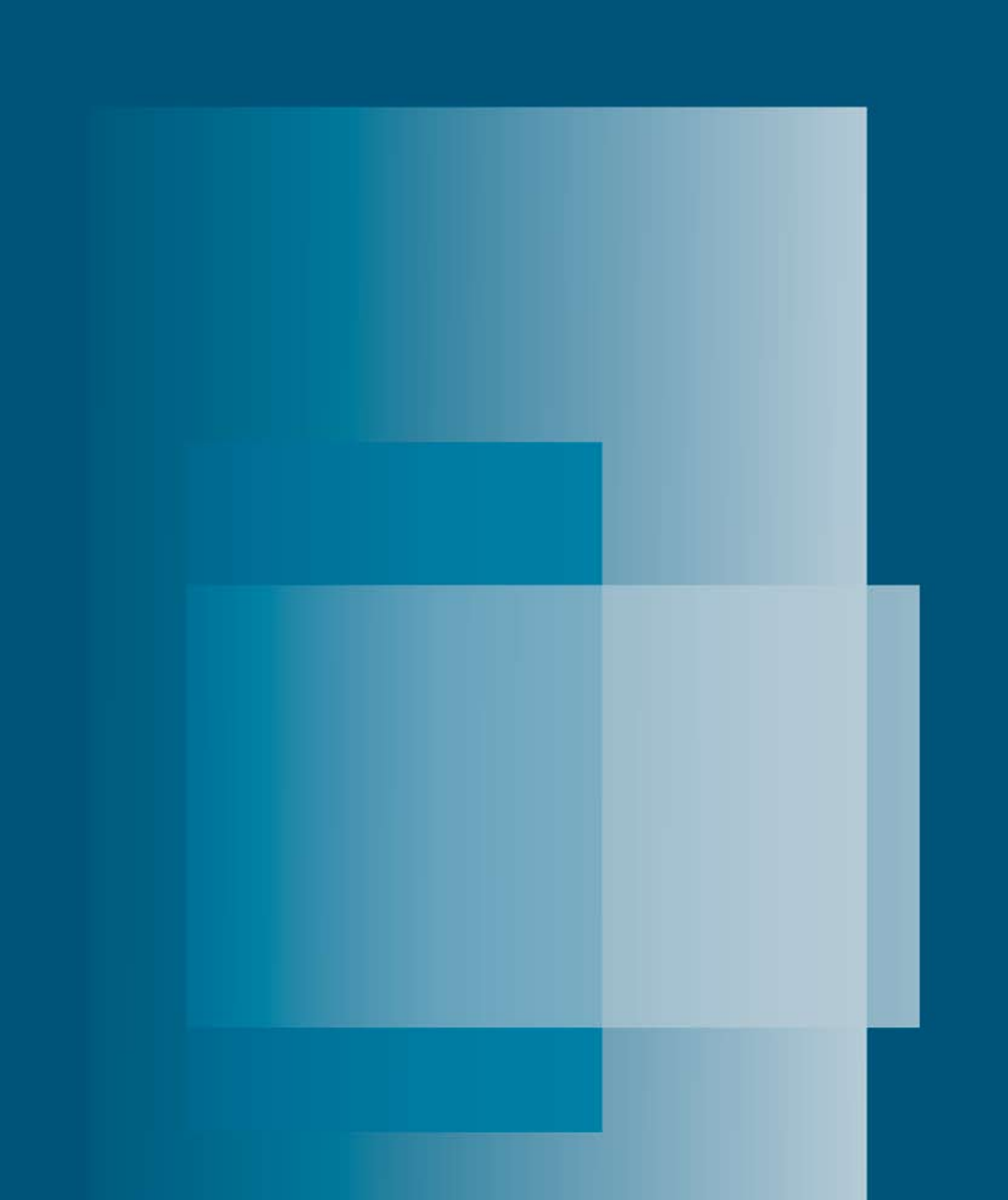
Componentes da renda das famílias	Descrição
Aluguel imputado	Calculado a partir dos dados das Tabelas Sinóticas, Tabela de Desagregação do setor institucional famílias, Tabela 31, operações de produção e de geração da renda
Renda de ativos (aluguéis, juros e dividendos)	Dados das Contas Econômicas Integradas: renda de propriedade total exceto o rendimento atribuído a detentores de apólice
Renda do trabalho	Dados das Contas Econômicas Integradas: ordenados e salários somados ao rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)
Exedente operacional bruto	Calculado a partir dos dados das Tabelas Sinóticas, Tabela de Desagregação do setor institucional famílias, Tabela 31, operações de produção e de geração da renda. É igual ao excedente operacional bruto total menos o aluguel imputado. No caso da agropecuária e das microempresas, exclui-se a parcela dedicada à Formação Bruta de Capital
Transferências	Dados das Contas Econômicas Integradas: benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie (SUS) e saques do PIS/Pasep e FGTS, somados a outras transferências correntes

TABELA A.3

Comparação dos dados de ocupados na Pnad e SCN, 2003

Setor	Total de Ocupados (em mil)	
	SCN	Pnad
Agropecuária	12.711,2	16.153,2
Extrativa mineral (exceto combustíveis)	245,5	249,9
Extração petróleo, GN, carvão e outros	63,3	52,7
Fabricação de minerais não-metálicos	402,5	551,5
Siderurgia + metalurgia	869,1	1.003,1
Manutenção de máquinas e tratores	640,0	589,7
Equipamentos de material elétrico	119,1	124,8
Automóveis e outros veículos	300,7	406,1
Madeira e mobiliário	913,3	1.071,0
Indústria de papel e gráfica	428,5	542,6
Indústria da borracha	55,0	90,1
Químicos não-petroquímicos	218,8	430,6
Refino de petróleo e petroquímica	55,7	126,2
Produtos farmacêuticos e perfumaria	117,6	224,8
Indústria de material plástico	223,2	209,5
Indústria têxtil	233,3	726,3
Artigos do vestuário e acessórios	1.668,8	1.489,8
Calçados e artigos de couro e peles	399,8	767,4
Indústria de alimentos	932,3	1.043,6
Indústrias diversas	340,7	387,7
Serviços industriais de utilidade púb.	242,3	299,7
Construção civil	3.771,4	5.131,2
Comércio	11.296,0	13.803,2
Transporte	2.817,1	3.266,6
Comunicações	269,9	450,8
Instituições financeiras	817,1	965,2
Serviços prestados às famílias	10.416,9	8.161,8
Serviços prestados às empresas	3.238,3	3.529,0
Aluguel de imóveis	257,5	798,3
Administração pública	6.364,5	7.823,6
Serviços privados não-mercantis	6.331,9	6.186,4
Equipamentos de material eletrônico	96,0	199,2
Indústria do café	70,3	21,3
Abate e preparação de carnes	230,4	259,6
Leite e laticínios	57,9	129,3
Indústria do açúcar	82,5	124,6
Óleos vegetais e gorduras	35,8	36,0
Indefinidos	-	197,2
Brasil	67.334,2	77.623,7
Diferencial Pnad/SCN (em %)		15,3

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2003 e no SCN de 2003.



RELEVÂNCIA E CONSEQUÊNCIAS

	Introdução.....	277
Capítulo 8:	Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: uma leitura crítica.....	279
	Cláudio Salm	
	1 RELEVÂNCIA DOS DETERMINANTES PRIVILEGIADOS PELO RELATÓRIO IPEA (2006).....	279
	2 SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO.....	286
	3 O PROBLEMA DA SUBESTIMAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE ATIVOS PELA PNAD.....	287
	4 A RENDA COMO MELHOR INDICADOR DE DISTRIBUIÇÃO.....	291
	5 FATORES NÃO DEVIDAMENTE CONSIDERADOS.....	291
	6 A AGENDA DE PESQUISA PROPOSTA.....	295
	7 REFERÊNCIAS.....	297
Capítulo 9:	A Redução da Desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa.....	299
	Claudio Salvadori Dedecca	
	1 INTRODUÇÃO.....	299
	2 CRESCIMENTO, PRODUTIVIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	301
	3 OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE AS INFORMAÇÕES DE RENDA NA PNAD.....	308
	4 A QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA NO BRASIL.....	310
	5 A COMPLEXIDADE DA ESTRATÉGIA DE COMBATE À DESIGUALDADE.....	324
	6 REFERÊNCIAS.....	328
	APÊNDICE.....	330
Capítulo 10:	A Importância da Queda Recente da Desigualdade para a Pobreza.....	331
	Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça	
	1 INTRODUÇÃO.....	331
	2 O CRESCIMENTO DA RENDA DOS MAIS POBRES E DOS MAIS RICOS.....	333
	3 A CONTRIBUIÇÃO DA QUEDA NA DESIGUALDADE PARA A REDUÇÃO NA POBREZA E NA EXTREMA POBREZA.....	340
	4 A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA DESIGUALDADE E DO CRESCIMENTO NO COMBATE À POBREZA.....	347
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	350
	6 REFERÊNCIAS.....	353

